



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR)

Data da reunião: 03/10/2023
Presidente: Senador Rodrigo Pacheco

1ª Parte - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	REQ 11/2023 - CRA Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do IBAMA, Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, informações sobre a Operação realizada pelo IBAMA no Sul do Amazonas. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação com emendas	Trata-se de requerimento para que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do IBAMA, Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, informações sobre a Operação realizada pelo IBAMA no Sul do Amazonas. O relator propõe emenda para que a Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, preste as informações requeridas.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	REQ 12/2023 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações, para que preste as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019: a) confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva; e b) estatuto social atualizado da entidade. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2019. Se aprovado requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal
3	REQ 14/2023 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, que sejam prestadas informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro São José, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações, para que preste as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SÃO JOSÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carpina, Estado de Pernambuco, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2019: a) comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida; b) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; c) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); e d) parecer atestando a inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 369, de 2019. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
4	REQ 16/2023 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, que sejam prestadas informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2019. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações, para que preste as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DOS COMUNICADORES DE GANDU E REGIÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gandu, Estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2019: a) comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;;b) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 255, de 2019. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	REQ 16/2023 - CTFC Ementa: Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, informações a respeito do processo de indicação de assessores da ApexBrasil. Autoria: Senador Sergio Moro [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, para que preste as seguintes informações a respeito do processo de indicação de assessores da ApexBrasil: a) cópias integrais dos processos seletivos de indicação e de admissão do Sr. Madson Willander Melo de Sá - indicado para assessoria na Diretoria de Negócios; do Sr. Antonio Siqueira e Silva - indicado para a Assessoria da Presidência; e do Sr. Aarão Prado Bayma - indicado para a Assessoria da Presidência; b) normativos internos da Apex que apontem os requisitos para preenchimento dos referidos cargos e funções supramencionados; e c) currículos entregues pelos indicados.
6	REQ 26/2023 - CTFC Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Mucio Monteiro Filho, informações sobre a administração do patrimônio público da União sob os cuidados do Ministério da Defesa; como está sendo feita a gestão de recursos públicos destinados à manutenção de unidades habitacionais da União, no Distrito Federal, sob a tutela do Ministério da Defesa. Autoria: Senador Izalci Lucas [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado da Defesa, José Mucio Monteiro Filho, para que preste informações sobre a administração do patrimônio público da União sob os cuidados do Ministério da Defesa, incluída a gestão de recursos públicos destinados à manutenção de unidades habitacionais da União, no Distrito Federal, sob a tutela desse Ministério. Nesses termos, requisita-se que seja apresentada a relação e totalização da aplicação de recursos federais transferidos para todos os condomínios de prédios onde o Ministério da Defesa possui unidades habitacionais no Distrito Federal, prestando esclarecimentos sobre informações que elenca.
7	REQ 26/2023 - CMA Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, informações sobre a Portaria Interministerial MPA/ MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (<i>Mugil liza</i>) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil". Autoria: Senador Jorge Seif [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, para que preste informações sobre a Portaria Interministerial do Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MPA/MMA) nº 1, de 28/02/2023, que estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (<i>Mugil liza</i>) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Este requerimento especificamente solicita estudos e pareceres técnicos que fundamentaram os incisos I e II do art. 3º da Portaria, que, respectivamente, fixaram em zero a cota de captura para a modalidade de permissionamento de cerco/traineira, que tem como área de operação o mar territorial e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) das regiões Sudeste e Sul do Brasil e fixaram a cota de captura em 460 toneladas para a modalidade de permissionamento de emalhe anilhado do Estado de Santa Catarina, que tem como área de operação o mar territorial das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	REQ 30/2022 - CCT Ementa: Requer que sejam solicitadas, ao Ministro de Estado das Comunicações, as informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Mercesana de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2021. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações, para que preste as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MERCESANA DE INTEGRAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mercês, Estado de Minas Gerais: a) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes; b) último relatório do Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados; c) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); d) confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva; e) confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 356, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.
9	REQ 38/2022 - CCT Ementa: Requer, ao Ministro de Estado das Comunicações, informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2021. Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro do Meio Ambiente sobre o licenciamento ambiental dos depósitos de rejeitos nucleares radioativos nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP. O requerimento especifica os seguintes itens a serem apresentados: a) nos municípios de Itu/SP, Caldas/MG e São Paulo/SP há depósitos de rejeitos nucleares radioativos ou de materiais radioativos, como Torta II? Em caso afirmativo, esses depósitos contam com licenciamento ambiental? Em caso negativo, que medidas administrativas foram adotadas?; b) se afirmativa a resposta à pergunta anterior, os locais onde se encontram depositados materiais radioativos foram selecionados com fulcro em estudo de alternativa ou estudo de impacto ambiental? Quais foram os critérios adotados para a seleção dessas áreas de deposição?; c) como têm sido feitas a avaliação e o monitoramento pelo órgão federal de meio ambiente da qualidade ambiental dos sítios e adjacências onde se encontram depositados os materiais radioativos em questão? Quais têm sido os resultados dessas avaliações, em relação aos padrões e normas ambientais?; d) especificamente no município de Itu (SP), há depósitos de rejeitos nucleares radioativos ou de materiais radioativos em unidades de conservação da natureza ou em outro espaço especialmente protegido? Caso afirmativa a resposta, qual é o parecer dessa pasta em relação a essa situação e quais têm sido as ações adotadas pelos órgãos ambientais federais com vistas à remediação? O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2021. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDL, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
10	RQS 23/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Juscelino Filho, informações referentes ao ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2013. Autoria: Senadora Daniella Ribeiro [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Comunicações, para que preste a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba: a) confirmação da existência ou não de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. O presente requerimento visa a instruir o Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 297, de 2013. Se aprovado o requerimento, ficará interrompida a tramitação do PDS, nos termos do art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal
11	RQS 25/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre a revogação da Portaria GM/MS nº 4.809, de 30 de dezembro de 2022, da Portaria GM/MS nº 1.079, de 11 de maio de 2022, e da Portaria GM/MS nº 2.561, de 23 de setembro de 2020. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, para que preste informações sobre a revogação dos seguintes normativos: a) Portaria GM/MS nº 4.809, de 30 de dezembro de 2022, que institui o Fórum Permanente de Articulação com a Sociedade Civil; b) Portaria GM/MS nº 1.079, de 11 de maio de 2022, que formaliza e institui programas nacionais de prevenção e detecção precoce de câncer, no âmbito da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer; e c) Portaria GM/MS nº 2.561, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS.
12	RQS 27/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio Luiz de Almeida, informações sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, criada pela Lei 13.798/2019 com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio Luiz de Almeida, para que preste informações sobre: a) as ações desenvolvidas pelo MDHC relativas à Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, com indicação de período de execução e público alcançado; b) os parceiros envolvidos em cada ação; c) o orçamento investido por ação realizada; e d) as demais iniciativas continuadas destinadas à prevenção da gravidez na adolescência desenvolvidas pelo Ministério.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
13	RQS 84/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Jader Barbalho Filho, informações sobre ações judiciais em que a Caixa Econômica Federal figure no pólo passivo e nas quais se discuta vício de construção de imóvel subsidiado pelos programas Casa Verde e Amarela e Programa Minha Casa, Minha Vida. Autoria: Senadora Zenaide Maia [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Cidades, Jader Barbalho Filho, para que preste informações sobre ações judiciais em que a Caixa Econômica Federal figure no polo passivo e nas quais se discuta vício de construção de imóvel subsidiado pelos programas Casa Verde e Amarela e Programa Minha Casa, Minha Vida. Mais especificamente, o requerimento solicita: a) número de ações judiciais atualmente em curso; b) valor financeiro das condenações contra a Caixa Econômica Federal ou a União nos último cinco anos; e c) informações a respeito de eventuais planos de contingência com o objetivo de mitigar os problemas acima mencionados.
14	RQS 85/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre as ações deste Ministério da Saúde para pessoas com doenças raras. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento à Ministra de Estado da Saúde, Senhora Nísia Trindade Lima, para que preste as seguintes informações sobre as ações do Ministério da Saúde para pessoas com doenças raras. Para tanto, postula que sejam listados: a) ações, programas e políticas em planejamento e já desenvolvidos pelo Ministério para as pessoas com doenças raras, com indicação de ato normativo (se houver), diretrizes, objetivos, e metas de cada um deles; b) parceiros envolvidos em cada ação, programa e política; e c) orçamento investido ou a ser investido por ação, programa e política.
15	RQS 86/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Luiz de Almeida, informações sobre as ações deste Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para pessoas com doenças raras. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Luiz de Almeida, para que preste informações sobre as ações do Ministério para pessoas com doenças raras.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
16	RQS 109/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre a implementação dos preceitos da Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021, que tornou obrigatória a realização do teste do pezinho ampliado em todo o território nacional. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação.	Trata-se de requerimento à Ministra de Estado da Saúde para que preste as seguintes informações e encaminhe os seguintes documentos sobre a implementação dos preceitos da Lei nº 14.154/2021, que tornou obrigatória a realização do teste do pezinho ampliado em todo o território nacional: a) a atual etapa, o planejamento e as perspectivas da implementação dos preceitos da Lei nº 14.154/2021; b) as medidas tomadas pelo Ministério da Saúde para implementar a realização do teste do pezinho ampliado em todo o território nacional; c) os municípios que já realizam e os que não realizam o teste do pezinho ampliado em todos os neonatos; d) propostas de expansão das doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho, nos termos do § 3º do art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e) aumentos de repasse a estados e municípios para implementação do teste do pezinho ampliado, com discriminação dos valores repassados para esse fim em cada um dos últimos cinco anos; f) cópias de atas de reuniões internas do Ministério da Saúde sobre a implementação do teste do pezinho ampliado; g) cópias de memorandos internos, estudos, pareceres técnicos e minutas de atos normativos de órgãos do Ministério da Saúde destinados ao cumprimento da Lei nº 14.154/2021; e, h) cópias de quaisquer documentos sobre triagem neonatal produzidos por órgãos técnicos do Ministério da Saúde ou recebidos pelo Ministério de outros órgãos ou entidades, nos últimos dois anos.
17	RQS 112/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Jader Barbalho Filho, informações sobre a manifestação do Ministério das Cidades nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.335. Autoria: Senador Rogerio Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Cidades, Jader Barbalho Filho, para que preste as seguintes informações sobre a manifestação do Ministério nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.335: a) eventuais comunicações com a Advocacia-Geral da União e/ ou outros órgãos vinculados à Presidência da República, que tenham tratado da referida ADI, bem como os documentos formais decorrentes de tais comunicações.
18	RQS 118/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, informações sobre as invasões de propriedade efetuadas pelo MST. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, para que preste informações sobre as invasões de propriedades efetuadas pelo MST.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
19	RQS 119/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações sobre as invasões de propriedade efetuadas pelo MST. Autoria: Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para que preste informações sobre invasões de propriedade efetuadas pelo MST.
20	RQS 126/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações sobre as joias de diamante avaliadas em R\$ 16,5 milhões, que supostamente teriam sido presente do governo da Arábia Saudita à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Autoria: Senador Rogério Carvalho [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para que preste informações acerca das joias de diamante avaliadas em R\$ 16,5 milhões, que supostamente teriam sido presente do governo da Arábia Saudita à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.
21	RQS 132/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações no sentido de especificar os motivos e fundamentos jurídicos pertinentes face a suspensão das portarias nº 1297, de 2023, nº 1315, 2023 e revogação da portaria nº 1335 , de 2023 oriundas da Comissão Especial dos Ex- Territórios Federais, em 03 de março de 2023, que contemplariam servidores dos estados de Roraima, Amapá e Rondônia. Autoria: Senador Mecias de Jesus [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Trata-se de requerimento à Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, para que preste informações no sentido de especificar os motivos e fundamentos jurídicos pertinentes face à suspensão das portarias nº 129/2023, e nº 1315/ 2023, e a revogação da portaria nº 1335/2023, oriundas da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais, em 03/03/2023, que contemplariam servidores dos Estados de Roraima, Amapá e Rondônia. Solicita-se, especificamente, que sejam respondidas as seguintes questões: a) ao criar a expectativa de direitos aos servidores que tiveram seus nomes expostos e publicizados, qual o prazo para nova publicação das portarias supramencionadas?; b) quais os fundamentos técnicos e jurídicos que foram analisados para a respectiva revogação e suspensão das portarias?; c) quais os fundamentos regimentais e procedimentos adotados entre a divulgação das portarias e a suspensão das medidas? Quais os setores envolvidos nestes procedimentos e quais os atos administrativos que foram realizados?; d) qual o inteiro teor das atas de reunião que justificaram as portarias e os procedimentos administrativos que foram executados?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
22	RQS 143/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, informações acerca da efetiva disponibilização no Sistema Único de Saúde (SUS) do Dispositivo de Nervo Vago, pequeno aparelho médico que envia impulsos elétricos a eletrodo conectado ao nervo vago no pescoço, indicado para terapia adjuvante em pacientes com epilepsia resistente a medicamentos, sem indicação para cirurgia ressectiva. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento à Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, para que preste informações sobre efetiva disponibilização no Sistema Único de Saúde (SUS) do dispositivo de nervo vago, pequeno aparelho médico que envia impulsos elétricos a eletrodo conectado ao nervo vago no pescoço, indicado para terapia adjuvante em pacientes com epilepsia resistente a medicamentos e sem indicação para cirurgia ressectiva. Solicita-se, especificamente, que sejam respondidas seguintes perguntas: a) em atenção à Portaria nº 24, 11/12/2018, do Gabinete do Ministério da Saúde, o que falta para a publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) e do Protocolo de Uso sobre o dispositivo de estímulo de nervo vago a pacientes com epilepsia?; b) tendo em vista as diversas reuniões e negociações já estabelecidas pelo MS junto à empresa que produz o dispositivo, quais são os entraves e o que falta para a SAES concluir o processo?; c) após a análise da SAES, quais são os próximos passos e os respectivos prazos para a efetiva oferta do tratamento no SUS?; d) tendo em vista que o prazo de 180 dias para oferta do tratamento incorporado já se esgotou há quase 5 anos, há uma data limite para o produto estar disponível no SUS e atender aos brasileiros que necessitam desse recurso?
23	RQS 145/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, André de Paula, informações sobre a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (<i>Mugil liza</i>) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil". Autoria: Senador Jorge Seif [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Trata-se de requerimento ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, André de Paula, para que preste informações sobre a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 1, de 28/02/2023, que " <i>estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (<i>Mugil liza</i>) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil</i> ". São requisitadas as seguintes informações: a) os estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso I do art. 3º da Portaria, que fixou em zero a cota de captura para a modalidade de permissionamento de cerco/traineira, que tem como área de operação o mar territorial e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) das regiões Sudeste e Sul do Brasil; b) os estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso II do art. 3º da Portaria, que fixou a cota de captura em 460 toneladas para a modalidade de permissionamento de emalhe anilhado do estado de Santa Catarina, que tem como área de operação o mar territorial das regiões Sudeste e Sul do Brasil; c) a lista dos órgãos e instituições públicas ou privadas que foram consultados, incluindo os sindicatos e associações ligadas ao setor de pesca, universidades e centros de pesquisa, bem como as empresas localizadas na região afetada pela portaria; d) os dados estatísticos e estudos econômicos que avaliaram o impacto social e na renda sobre o setor pesqueiro, em especial o de Santa Catarina.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
24	RQS 146/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, informações sobre a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (<i>Mugil liza</i>) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil". Autoria: Senador Jorge Seif [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima de informações sobre a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (<i>Mugil liza</i>) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. As informações requeridas são relativas a: a) estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso I do art. 3º da Portaria, que fixou em zero a cota de captura para a modalidade de permissionamento de cerco/traineira, que tem como área de operação o mar territorial e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) das regiões Sudeste e Sul do Brasil; b) estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso II do art. 3º da Portaria, que fixou a cota de captura em 460 toneladas para a modalidade de permissionamento de emalhe anilhado do estado de Santa Catarina, que tem como área de operação o mar territorial das regiões Sudeste e Sul do Brasil; c) lista dos órgãos e instituições públicas ou privadas foram consultados, incluindo os sindicatos e associações ligadas ao setor de pesca, universidades e centros de pesquisa, bem como as empresas localizadas na região afetada pela portaria; e d) dados estatísticos e estudos econômicos que avaliaram o impacto social e na renda sobre o setor pesqueiro, em especial o de Santa Catarina.
25	RQS 156/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas informações, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça, sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação	Requerimento ao Ministro da Justiça de informações sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal, com o seguinte detalhamento: a) quais foram as viagens feitas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal por meio dos aviões das Forças Armadas (dia, horário, destino) desde o dia 01/01/2023 até a presente data?; b) quem autorizou a utilização dos aviões por parte dos Ministros?; c) quais foram os motivos para as viagens?; d) quem são os membros das comitivas e os Ministros que fizeram uso dos aviões?; e) a autorização para o transporte de autoridades das referidas autoridades é permanente ou se trata de casos extraordinários?; f) qual o custo de cada viagem realizada pelos Ministros do STF?; e g) quais os critérios utilizados para autorização?
26	RQS 157/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Defesa, informações sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação	Requerimento ao Ministro da Defesa de informações sobre a utilização de aviões das Forças Armadas por membros do Supremo Tribunal Federal, com os seguintes questionamentos: a) quais foram as viagens feitas pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal por meio dos aviões das Forças Armadas (dia, horário, destino) desde o dia 01/01/2023 até a presente data?; b) quem autorizou a utilização dos aviões por parte dos Ministros?; c) quais foram os motivos para as viagens?; d) quem são os membros das comitivas e os Ministros que fizeram uso dos aviões?; e) a autorização para o transporte de autoridades das referidas autoridades é permanente ou se trata de casos extraordinários?; f) qual o custo de cada viagem realizada pelos Ministros do STF?; e g) Quais os critérios utilizados para autorização?

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR)

Data da reunião: 03/10/2023

11

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
27	RQS 169/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, informações sobre o Programa "Voa Brasil". Autoria: Senador Rogerio Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao Ministro de Estado dos Portos e Aeroportos de informações acerca do programa "Voa Brasil", em particular a cópia dos documentos que embasaram sua criação, o número dos processos de sua tramitação no referido ministério, bem como cópia das atas das reuniões do ministro com empresas aéreas em 01/03/2023 e 02/03/2023.
28	RQS 172/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre a arrecadação previdenciária anual sobre a folha de pagamento e a estimativa de alíquotas de contribuições alternativas para desoneração da folha de pagamentos. Autoria: Senador Laércio Oliveira [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao Ministro de Estado da Fazenda de informações sobre a arrecadação previdenciária anual sobre a folha de pagamento e a estimativa de alíquotas de contribuições alternativas para desoneração da folha de pagamentos. Solicita-se dados da arrecadação anual (se possível de 2019 a 2022, podendo ser de outro ano de referência) com dados sobre: a) contribuição patronal sobre a folha de pagamentos; b) contribuição previdenciária patronal das empresas do Simples Nacional; c) contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB); e d) salário-educação. Questiona-se, com base nos dados desses respectivos anos: qual seria a alíquota estimada para incidir sobre todas as empresas, que possa substituir a soma dessas arrecadações por uma contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta (CPRB) de todos os setores e; para a substituição da soma dessas arrecadações por uma contribuição previdenciária incidente sobre as movimentações financeiras, qual seria a alíquota estimada.
29	RQS 178/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Luiz Paulo Teixeira Ferreira, informações sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ou Terra Brasil às famílias da Agricultura Familiar. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar de informações relativas ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), também conhecido como Terra Brasil. Questiona-se qual o valor disponível para o exercício financeiro do ano de 2023 e quais seriam os estados que já aderiram formalmente ao Programa.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
30	RQS 191/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas informações, pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, Jorge Rodrigo Araújo Messias, sobre a edição da Portaria Normativa AGU nº 83, de 14 de março de 2023, que revoga a Portaria Normativa AGU nº 73, de 12 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os requisitos formais, a documentação necessária, a possibilidade de exigência de prestação de garantias e os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União e pela administração pública direta, autárquica e fundacional, quanto ao recebimento por parte de órgãos e entidades públicas federais de oferta de créditos líquidos e certos, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, nos termos do disposto no § 11 do art. 100 da Constituição Federal, e institui Grupo de Trabalho para elaborar proposta de ato normativo que sucederá a Portaria Normativa revogada. Autoria: Senador Rogerio Marinho [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação. O relator aponta erro material. Onde está escrito Portaria Normativa AGU nº 83, de 14 de março de 2023, leia-se Portaria Normativa AGU nº 87, de 14 de março de 2023.	O RQS requer que o Exmo. Sr. advogado-geral da União, Jorge Rodrigo Araújo Messias, preste informações a respeito da edição da Portaria Normativa AGU 83/2023. O relator aponta erro material na especificação do ato normativo da Advocacia-Geral da União (AGU): a Portaria Normativa da AGU que promove as alterações em questão é a de número 87. Contudo, vota pela aprovação do requerimento.
31	RQS 206/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei a seguir apresentada, para os anos de 2023, 2024 e 2025. Autoria: Senador Jaques Wagner [tramitação] Não Terminativo	Senador Weverton	Pela aprovação com emendas	O requerimento solicita informações ao Sr. ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, acerca da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, bem como a memória de cálculo detalhada, para os anos de 2023, 2024 e 2025, decorrente da aprovação da minuta de projeto de lei que prevê que o valor do benefício de prestação continuada (BPC) seja acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) para os seguintes beneficiários: a) pessoa com deficiência e que necessite da assistência permanente de outra pessoa; ou b) idoso com 65 anos ou mais e que seja provedor de família monoparental. O relator vota pela aprovação, com duas emendas. A primeira altera o destinatário do RQS para o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por ser o órgão responsável pelo BPC. A segunda, propõe ajuste de redação, para que o RQS se adeque ao disposto na LDO de 2023. Assim, requer que sejam fornecidos "os subsídios técnicos que permitam calcular o impacto orçamentário e financeiro da matéria", ao invés da "estimativa do impacto".

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
32	RQS 245/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações sobre eventuais providências tomadas no âmbito do Governo Federal e em conjunto com os Estados em relação as graves denúncias pela imprensa nacional da volta da violência no campo contra as propriedades privadas agrícolas produtivas, destruição de patrimônios privados, máquinas agrícolas, tratores, imóveis, galpões e residências. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O RQS solicita informações sobre eventuais providências tomadas em relação às denúncias recentes contra invasões de propriedades privadas altamente produtivas em vários estados da federação; se o Ministério da Justiça e Segurança Pública solicitou aos governadores levantamento das inteligências sobre os líderes com vieses criminosos e seus núcleos de operações e logísticas de recrutamento e movimentação de invasores; e quais foram as providências do Governo Federal para criar um plano nacional junto aos estados e Distrito Federal visando prevenir e coibir a indústria ideológica criminosa das invasões das propriedades privadas produtivas.
33	RQS 262/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre a parceria firmada em fevereiro deste ano entre o BNDES e o MapBiomias, que tem sido utilizada como base para o BNDES negar pedidos de empréstimos aos produtores rurais. Autoria: Tereza Cristina [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O RQS solicita que o Exmo. Sr. ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, preste as seguintes informações: a) por que o BNDES suspendeu as linhas para financiamento somente, para o crédito rural?; b) qual a metodologia que vem sendo aplicada pela parceria BNDES e MapBiomias para suspender o crédito rural?; c) o crédito foi suspenso porque os produtores não tinham autorizações emitidas pelo Ibama? Qual a legislação utilizada para essa decisão?; d) o BNDES está seguindo as regras do Manual de Crédito Rural, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)?; e) quais são os termos do Acordo de Cooperação Técnica entre o BNDES e MapBiomias? Existe repasse de valores ao MapBiomias?
34	RQS 296/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, informações sobre a Lei nº 14.542, de 3 de abril de 2023, que altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O RQS solicita à Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, informações sobre a Lei 14.542/2023, que dispõe sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). Questiona: a) como a Pasta pretende contribuir para o efetivo cumprimento dessa legislação pelos municípios brasileiros; b) se será criado e divulgado protocolo específico e padronizado de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com vistas a garantir que não haja constrangimento da vítima nem negativa do Poder Público municipal nesse atendimento; e c) se haverá a indicação de fonte de dados confiável para pesquisa e confirmação das informações pelos agentes públicos responsáveis pelo atendimento nas unidades do Sine.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
35	RQS 297/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, informações sobre a Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação com emendas	Requisita-se ao ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania as seguintes informações referentes à Lei 14.540/2023: a) como a Pasta pretende contribuir para o efetivo cumprimento da legislação na administração pública estadual, distrital e municipal; b) como a Pasta pretende implementar o Programa no próprio órgão e nas unidades a ele vinculadas; c) se o Ministério atuará na disponibilização de materiais informativos a ser utilizados na capacitação e na divulgação dos objetivos do Programa; e d) como a Pasta pretende monitorar o desenvolvimento do Programa, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes.
36	RQS 298/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, informações sobre a Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	O requerimento solicita ao ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, a prestação das seguintes informações sobre a execução da Lei 14.540/2023: a) modo como o Ministério da Justiça e Segurança Pública ajudará a implementar a norma na administração pública estadual, distrital e municipal; b) informações sobre ações e estratégias, organizadas na forma de cronogramas de execução e de investimentos, discriminados por ente federativo, bem como referentes ao próprio Ministério e aos órgãos a ele vinculados; c) se o Ministério atuará na disponibilização de materiais informativos a serem utilizados na capacitação e na divulgação dos objetivos do Programa; e d) informações sobre as ações e estratégias, dispostas na forma de cronograma de execução, para o monitoramento do Programa que a Lei em comento criou.
37	RQS 299/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, informações sobre a Lei nº 14.542, de 3 de abril de 2023, que altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O RQS solicita ao ministro de Estado do Trabalho e do Emprego, Luiz Marinho, as seguintes informações sobre a Lei nº 14.542: a) como a Pasta pretende contribuir para o efetivo cumprimento dessa legislação pelos municípios brasileiros; b) se será criado e divulgado protocolo específico e padronizado de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com vistas a garantir que não haja constrangimento da vítima nem negativa do Poder Público municipal nesse atendimento; e c) se haverá a indicação de fonte de dados confiável para pesquisa e confirmação das informações pelos agentes públicos responsáveis pelo atendimento nas unidades do Sine.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
38	RQS 300/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, informações sobre a Lei nº 14.542, de 3 de abril de 2023, que altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	O RQS solicita ao ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, as seguintes informações acerca da Lei 14.542/2023: a) como a Pasta pretende contribuir para o efetivo cumprimento dessa legislação pelos municípios brasileiros; b) se será criado e divulgado protocolo específico e padronizado de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com vistas a garantir que não haja constrangimento da vítima nem negativa do Poder Público municipal nesse atendimento; c) se haverá a indicação de fonte de dados confiável para pesquisa e confirmação das informações pelos agentes públicos responsáveis pelo atendimento nas unidades do Sine.
39	RQS 304/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado das Mulheres, Aparecida Gonçalves, informações sobre a Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styverson Valentim	Pela aprovação com emendas	Requerimento à Ministra de Estado das Mulheres de informações sobre a Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. São formuladas as seguintes requisições: a) Como a Pasta pretende contribuir para o efetivo cumprimento dessa legislação na administração pública estadual, distrital e municipal? Informar as ações e as estratégias a serem executadas, com indicação de cronograma de execução e investimento a ser realizado por esfera da federação, conforme dispõe o art. 5º da referida Lei. b) Como a Pasta pretende implementar o Programa no próprio órgão e nas unidades a ele vinculadas? Informar as ações e as estratégias a serem executadas, com indicação de cronograma de execução e investimento a ser realizado por esfera da federação, conforme dispõe o art. 5º da referida Lei. c) O Ministério atuará na disponibilização de materiais informativos a ser utilizados na capacitação e na divulgação dos objetivos do Programa? Se sim, informar cronograma de execução e investimento a ser realizado nesse sentido. d) Como a Pasta pretende monitorar o desenvolvimento do Programa, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes? Informar as ações e as estratégias a serem executadas, com indicação de cronograma de execução. O relator propõe a adequação dos questionamentos, a fim de se evitar a interpretação de que ele interroga o Ministério sobre propósito a ser tomado.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
40	RQS 319/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o diagnóstico e o tratamento da endometriose no âmbito da saúde suplementar. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento à Ministra de Estado da Saúde de informações sobre o diagnóstico e o tratamento da endometriose no âmbito da saúde suplementar, em especial: a) Informações sobre o atual panorama do diagnóstico e do tratamento da endometriose no âmbito da saúde suplementar no Brasil. b) Informações sobre a cobertura de planos de saúde e a relação de serviços credenciados que oferecem exames para o diagnóstico de pacientes com endometriose no Brasil, por estado e por município. c) Informações sobre a cobertura de planos de saúde e a relação de serviços credenciados que oferecem tratamento clínico e cirúrgico para pacientes com endometriose no Brasil, por estado e por município. d) Relação de profissionais especializados na condução de casos de endometriose credenciados no sistema de saúde suplementar brasileiro, por estado e por município. e) Principais dificuldades do sistema de saúde suplementar para a condução dos casos de endometriose e outras informações relevantes para a formulação de políticas públicas acerca dessa matéria.
41	RQS 321/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre o andamento do processo de incorporação do medicamento inotersena, destinado ao tratamento da polineuropatia amiloidótica familiar associada à transtirretina. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à Ministra de Estado da Saúde de informações sobre o andamento do processo de incorporação do medicamento inotersena, destinado ao tratamento da polineuropatia amiloidótica familiar associada à transtirretina. São apresentados os seguintes questionamentos: a) Quais são os próximos passos previstos para a decisão pela incorporação ou não da inotersena no Sistema Único de Saúde (SUS)? b) Quando o Ministério da Saúde apresentará sua decisão a respeito do processo de incorporação da inotersena? c) O Ministério da Saúde irá acatar a recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) no sentido de que o medicamento inotersena não seja incorporado ao SUS? d) Que tratamentos o SUS oferta ou pretende oferecer aos pacientes com polineuropatia amiloidótica familiar associada à transtirretina (PAF-TTR) em estágio 2 ou em estágio 1, mas que não respondem ao medicamento tafamidis? e) A Conitec, ao decidir pela não incorporação da inotersena, considerou a “restrição orçamentária, a razão de custo efetividade, e o grande impacto orçamentário ao SUS”. A partir de que preço máximo a inotersena seria considerada custo-efetiva pela Conitec? f) O preço máximo de compra para que a inotersena seja considerada custo-efetiva foi proposto ao detentor do registro desse medicamento, a empresa PTC Farmacêutica do Brasil Ltda? g) A avaliação econômica da inotersena sobrepõe-se a todas as outras análises feitas sobre esse produto, que demonstraram sua eficácia e segurança para o tratamento dos pacientes com PAF-TTR em estágio 2 ou em estágio 1 e sem resposta ao medicamento tafamidis? h) A Conitec estimou o número de óbitos, de internações e de pacientes incapacitados que ocorrerão caso a inotersena não seja ofertada pelo SUS? Favor listar essas estimativas para os próximos cinco anos.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
42	RQS 337/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, informações sobre possível carga de cinco toneladas trazida pelo Ministro das Relações Exteriores da Rússia ao Brasil, sr. Sergei Lavrov. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com emendas	Requerimento ao ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública de informações sobre possível carga de cinco toneladas trazida pelo Ministro das Relações Exteriores da Rússia ao Brasil, Sergei Lavrov, no dia 17 de abril de 2023. O relator propõe a aprovação, com redirecionamento do requerimento ao ministro de Estado da Fazenda, por sua condição de autoridade aduaneira, com atribuição de fiscalização das cargas que ingressem no território nacional. Pela aprovação e encaminhamento ao Ministério da Fazenda.
43	RQS 341/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos dos projetos "Apoio à transferência de renda para a população de baixa renda para superação da crise econômica pós-Covid" e "Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido Nordeste", que tramitam na Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), especialmente quanto a eventuais repasses aos entes subnacionais, detalhando quais os entes serão eventualmente beneficiados e quanto cada um receberá, além dos critérios utilizados para o cálculo desses repasses. Autoria: Senador Ciro Nogueira [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento de informações sobre a aplicação dos recursos dos projetos "Apoio à transferência de renda para a população de baixa renda para superação da crise econômica pós-Covid" e "Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional no Semiárido Nordeste", que tramitam na Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), especialmente quanto a eventuais repasses aos entes subnacionais, detalhando quais os entes serão eventualmente beneficiados e quanto cada um receberá, além dos critérios utilizados para o cálculo desses repasses.
44	RQS 350/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre o Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação e envio ao ministro da Casa Civil.	Requerimento ao ministro da Fazenda de informações sobre o Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), mediante planilhas eletrônicas no formato Excel, de posição de dezembro de 2022, com especificação da relação dos imóveis por Município/Unidade da Federação (UF), identificando, também, as respectivas áreas totais, áreas com Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP); áreas produtivas e áreas tributáveis de cada imóvel. O relator propõe a aprovação, com redirecionamento do requerimento ao ministro da Casa Civil, para que obtenha as informações no Ministério responsável no âmbito do Governo Federal para posterior encaminhamento ao Senado Federal.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
45	RQS 351/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, informações sobre o Cadastro Ambiental Rural. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima de informações em formato de planilha Excel sobre a posição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 31 de dezembro de 2022, por imóvel rural, por município e por unidade da federação, de modo que sejam indicados: a) localização e identificação do imóvel com a titularidade, seja pessoa física ou pessoa jurídica; b) área total; c) área utilizada e de preservação ambiental (APP e RL); e d) bioma.
46	RQS 352/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre a execução do FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional de informações, em editor de planilhas excel, sobre a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), especificamente: a) repasses anuais pela Secretaria do Tesouro Nacional; b) evolução do Patrimônio Líquido do Fundo; c) contratações por porte, por setor, por UF, e por ano; d) contratações por programa do setor rural, por ano; e) demonstrativo dos retornos dos financiamentos; f) saldo da carteira em dezembro de 2022; g) evolução da taxa de inadimplência, geral, por ano, setor e porte; h) receitas anuais do BASA a título de taxa de administração e <i>del credere</i> ; e i) contratações por faixa de valores em 2022.
47	RQS 353/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, informações sobre o Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar de informações, organizadas em planilhas eletrônicas no formato Excel, sobre a posição atual, por imóvel rural, por município e por unidade federada, constantes no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (SNCR), nos termos seguintes: a) identificação, com a titularidade (pessoa física/pessoa jurídica, em ambos os casos, identificando se estrangeiro), localização, área total; b) enquadramento quanto à dimensão: minifúndio, pequena propriedade, latifúndio; c) enquadramento quanto ao GU e GEE: produtivo / improdutivo; e d) situação jurídica do imóvel: propriedade/posse, etc.
48	RQS 357/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, informações sobre Refis do Funrural. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Fazenda de informações sobre Refis do Funrural, quais sejam: a) o valor total das dívidas junto ao Funrural e a distribuição da mesma entre frigoríficos, cooperativas, tradings agrícolas, outras pessoas jurídicas; produtores pessoas físicas e segurados especiais, bem como o valor quitado nos termos da Lei citada segundo as categorias especificadas; b) o valor atual do passivo; e c) o montante do impacto da medida para as finanças públicas.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
49	RQS 361/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações sobre aplicações dos incentivos fiscais em projetos na área de atuação da SUDAM. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional de informações sobre aplicações dos incentivos fiscais em projetos na área de atuação da SUDAM, em formato Excel, especificando-se a relação dos projetos incentivados, por ano; atividade financiada; município de localização; valor total do projeto; valor dos incentivos; identificação dos dois maiores controladores, original e atual; produção atual; e empregos diretos gerados por projeto. No caso de projetos agropecuários, devem ser especificados bioma de localização; área do imóvel; área do empreendimento; área com cobertura florestal, original e atual; inscrição do imóvel no CAR.
50	RQS 362/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre as dívidas rurais. Autoria: Senador Beto Faro [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento ao Presidente do Banco Central do Brasil de informações, em editor de planilhas Excel, sobre as dívidas dos agricultores no âmbito da política oficial de crédito rural, com a evolução dos saldos devedores totais, em condições de normalidade, vencidas e em prejuízo, por ano, de 2010 a 2022, por unidade federada, por fonte de financiamento, por programa, e por instituição financeira.
51	RQS 372/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, informações sobre os acordos bilaterais na área de direitos humanos assinados com Portugal no último dia 22 de abril deste ano. Autoria: Senadora Damares Alves [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania de informações sobre os acordos bilaterais na área de direitos humanos assinados com Portugal no dia 22 de abril de 2023, com os seguintes questionamentos: a) Quais órgãos portugueses assinaram os acordos com o Ministério? b) Qual o objeto de cada acordo? c) Quais os objetivos de cada acordo? d) Quais as ações que cada acordo prevê para implementação? e) Qual o cronograma de implementação por acordo? Indicar prazo e responsável por cada ação. f) Encaminhar os dois acordos completos assinados. g) Quais os servidores deste Ministério acompanharam o ministro na viagem? Informar nome completo e cargo. h) Qual o custo com deslocamento, estadia, diárias, e, se houver, despesas com cartão corporativo da viagem para a Pasta.
52	RQS 466/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Infraestrutura, Renan Filho, informações sobre o planejamento de execução de obras e manutenção na BR 364 que liga o trecho entre Pimenta Bueno e Vilhena - Rondônia. Autoria: Senador Jaime Bagattoli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento ao ministro de Estado dos Transportes de informações sobre a existência de processo de licitação em andamento para manutenção da Rodovia BR-364/RO, no trecho entre os municípios de Pimenta Bueno e Vilhena, contendo detalhamento do procedimento licitatório, do cronograma das obras e do prazo para a realização dos serviços; indicando, se for o caso, os motivos para suspensão ou demora na conclusão do procedimento licitatório, e, ainda, se há plano alternativo para manutenção em regime emergencial para amenizar a situação do referido trecho da rodovia.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
53	RQS 559/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima, informações sobre a publicação de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC), a pactuação das tecnologias incorporadas e o efetivo início da dispensação. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação	Requerimento à Ministra de Estado da Saúde de informações sobre a publicação de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), aprovados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC), a pactuação das tecnologias incorporadas e o efetivo início da dispensação. São formulados os seguintes questionamentos: a) Qual é o prazo para a publicação no Diário Oficial da União (DOU) dos seguintes PCDTs aprovados em reuniões da CONITEC nas datas referidas entre parênteses: Mieloma múltiplo (03/08/2022); Fibrose Cística (06/10/2022); Osteoporose (09/11/2022); Atrofia Muscular Espinhal 5q tipos I e II (10/11/2022); Carcinoma de Mama (29/11/2022); Dor crônica e Lipofuscinose coróide neuronal tipo 2 (01/12/2022); Hepatite B e Coinfecções, Hipertensão Pulmonar e Insuficiência Cardíaca com fração de ejeção reduzida (16/03/2023); b) Informar se há algum óbice para essas publicações, dar a previsão de data estimada para futura publicação, individualizando a informação por PCDT listado. c) As reuniões para pactuação das tecnologias que atualizaram os PCDTs supra já aconteceram? Quando? A qual ou a quais entes coube a atribuição pela aquisição e distribuição das tecnologias? d) Qual a previsão do Ministério da Saúde para o efetivo início da dispensação das tecnologias incorporadas e pactuadas, principalmente para as tecnologias de aquisição centralizada no MS?
54	RQS 565/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, informações sobre os estudos técnicos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, que basearam a negativa feita à solicitação da Petrobras para perfurar um único poço de pesquisa em águas profundas no bloco FZA-M-59, na bacia do rio Foz do Amazonas, na Margem Equatorial. Autoria: Senador Jader Barbalho [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação nos termos do substitutivo	Requerimento à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima de informações sobre os estudos técnicos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que fundamentaram a negativa feita à solicitação da empresa Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) para perfurar poço de pesquisa mineral em águas profundas no bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial. Considerando que o Ato da Mesa 1/2001 determina que o requerimento de informações deve tratar de matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, e não pode conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido, nem pedido referente a mais de um Ministério, o relator apresenta substitutivo para que o requerimento se limite aos seguintes questionamentos: a) Quais foram os aspectos técnicos que serviram de fundamento para o Ibama negar a licença ambiental para a perfuração de um único poço de pesquisa mineral de petróleo na costa do Amapá, e em qual legislação estão amparados? b) Parecer do Ibama ou outra avaliação pertinente aos aprimoramentos feitos pela Petrobras no plano de emergência PEI/PPAF do poço de pesquisa em águas profundas no bloco FZA-M-59. c) Cópia de todo o processo administrativo Ibama nº 02001.012852/2023-87, incluindo todos os pareceres técnicos emitidos pela autarquia (nºs 222/2022; 25/2023; 31/2023; 53/2023, 72/2023 e 73/2023-COEXP/CGMAC/DILIC), bem como de todos os documentos enviados pela Petrobras para o licenciamento requerido. O substitutivo reformula a pergunta 2 e suprime as perguntas 3 e 4.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
55	RQS 589/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima, informações sobre as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) voltadas para a atenção às pessoas com erros inatos do metabolismo. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento de informações à Ministra de Estado da Saúde sobre a situação epidemiológica dos problemas de saúde relacionados aos erros inatos do metabolismo, bem como quanto às ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo sistema de saúde suplementar relacionadas a essas condições. São formulados os seguintes questionamentos: a) Qual é o número de pessoas diagnosticadas com erro inato do metabolismo por ano no Brasil? b) Do total de diagnósticos anuais de erro inato do metabolismo no País, quantos são feitos por triagem neonatal (teste do pezinho) e quantos são feitos por descompensação clínica? c) Qual é o número total de pessoas com erro inato do metabolismo no País atendidas pelo SUS? O sistema de saúde suplementar privado oferece atendimento? O Ministério da Saúde (MS) tem alguma estimativa sobre o número de casos não diagnosticados? d) Quantos são os serviços especializados no acompanhamento de pessoas com erros inatos do metabolismo? Como esses serviços estão distribuídos no País? Como se dá o financiamento desses serviços? e) Quais são os tipos de fórmulas nutricionais metabólicas disponibilizadas pelo SUS? f) Quais são os quantitativos de cada tipo de fórmula nutricional metabólica disponibilizada anualmente pelo SUS? g) O MS tem ciência de falhas na aquisição ou na distribuição de fórmulas nutricionais metabólicas pelo SUS? h) Quais são os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) relativos a erros inatos do metabolismo vigentes? i) Quais PCDTs sobre erros inatos do metabolismo estão em processo de elaboração? j) Os PCDTs estão atualizados quanto às fórmulas nutricionais metabólicas mais modernas para erros inatos do metabolismo? k) O MS leva em consideração a palatabilidade das fórmulas metabólicas na elaboração dos PCDTs? Qual é a avaliação do MS a respeito da palatabilidade das fórmulas atualmente disponibilizadas? l) O MS dispõe de dados atualizados sobre possíveis entraves no processo de distribuição das fórmulas metabólicas? m) O MS executa ações de capacitação das secretarias estaduais e municipais de saúde para aprimorar a logística de distribuição dessas fórmulas? E sobre a qualidade das fórmulas distribuídas? n) Como o MS atua diante dos problemas de qualidade das fórmulas quando, por exemplo, há interdição pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária? o) O MS acompanha a distribuição e qualidade das fórmulas nutricionais pactuadas e com responsabilização dos estados pela aquisição e distribuição? Quando há reclamações por parte dos pacientes, como o MS procede? p) Apresentar dados referentes à judicialização de pedidos de fornecimento de fórmulas metabólicas nos últimos cinco anos, em especial: número de demandas judiciais, principais fórmulas demandadas, se são produtos padronizados pelo SUS, doenças que motivaram os pedidos e valores gastos com o cumprimento das decisões judiciais.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
56	RQS 623/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima, informações sobre estoque e vencimento das vacinas que fazem parte do Calendário Nacional de Vacinações, e sobre as medidas que estão sendo adotadas pelo Ministério da Saúde em relação ao problema da falta de procura dessas vacinas e das perdas desses produtos causadas por vencimento. Autoria: Senador Wellington Fagundes [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento à Ministra de Estado da Saúde de informações sobre estoque e vencimento das vacinas que fazem parte do Calendário Nacional de Vacinações, e sobre as medidas que estão sendo adotadas pelo Ministério da Saúde em relação ao problema da falta de procura dessas vacinas e das perdas desses produtos causadas por vencimento. São formulados os seguintes questionamentos: a) Qual é o quantitativo de doses de vacina meningocócica C em estoque, cujo prazo de validade está próximo do vencimento? Existem outras vacinas na mesma situação? Quais são elas? Quantas doses vencem no prazo de 180 e 90 dias? b) Qual é o motivo para a falta de procura das doses de vacina meningocócica C e de outras vacinas por parte dos municípios? c) Que medidas estão sendo adotadas pelo Ministério da Saúde para incentivar a vacinação contra a meningite do tipo C, antes do prazo de validade das vacinas em estoque expirar? d) Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de validade das doses de vacina meningocócica C que estão próximas do vencimento ou há alternativas para evitar seu descarte? Isso também vale para outras vacinas? Em caso afirmativo, quais são as ações em andamento para resolver essa situação? e) Considerando-se que a cobertura vacinal para a doença meningocócica C está em 51,48%, distante da meta de 95% preconizada pela Pasta, quais são as estratégias para aumentar a cobertura vacinal e atingir a meta estabelecida? Como essa estratégia vem sendo cumprida para o conjunto das vacinas abrangidas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI)? f) Que medidas estão sendo adotadas pelo Ministério da Saúde para assegurar, no futuro, a adequada gestão do estoque de vacinas e a agilidade da logística de distribuição, a fim de evitar desperdícios? g) Qual é o orçamento do Ministério da Saúde, em 2023, destinado para campanhas de conscientização e divulgação sobre a importância da vacinação contra a meningite meningocócica C e outras doenças imunopreveníveis? Que atividades estão sendo desenvolvidas a esse respeito? h) Que ações podem ser desencadeadas pelo Ministério da Saúde, em conjunto com secretarias municipais e estaduais de saúde, para evitar que imunizantes sejam descartados por vencimento e para ampliar as coberturas vacinais do PNI? O que está sendo pactuado no âmbito do "Movimento Nacional pela Vacinação"?
57	RQS 632/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre o andamento do processo de aprovação do protocolo clínico e das diretrizes terapêuticas da hipertensão pulmonar. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com emendas	Requerimento à Ministra de Estado da Saúde de informações sobre o andamento do processo de aprovação do protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da hipertensão pulmonar. São apresentados os seguintes questionamentos: a) Qual é a previsão de publicação, pelo Ministério da Saúde, do protocolo clínico e diretrizes terapêuticas (PCDT) de hipertensão pulmonar, aprovado em 16 de março de 2023 pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC)? Quais são as justificativas para a demora na publicação da atualização do PCDT em questão, já que o PCDT em vigor, publicado em 16 de janeiro 2014, se encontra obsoleto de acordo com médicos especialistas e associações de pacientes? b) Em 2021 e 2022, o Ministério da Saúde decidiu incorporar o fármaco selexipague (Portaria SCTIE/MS nº 53, de 6 de agosto de 2021) e terapias com a combinação de medicamentos (Portaria SCTIE/MS nº 49, de 1º de junho de 2022) para a hipertensão pulmonar, mas pacientes relatam que essas opções de tratamento ainda não estão disponíveis na rede pública. Quais são as causas dessa indisponibilidade?

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				c) A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) aponta erros metodológicos cometidos pela Conitec durante o processo de atualização do PCDT, que influenciaram inclusive na escolha dos artigos científicos que embasaram as decisões desse colegiado. Tais preocupações foram comunicadas formalmente e recebidas pela Conitec? A Comissão responderá a esses questionamentos da SBPT? Isso ocorrerá antes da publicação do novo PCDT? d) A Associação Médica Brasileira, a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, a Sociedade Brasileira de Reumatologia e a Associação Brasileira de Apoio a Família com Hipertensão Pulmonar publicaram, em 31 de março de 2022, na internet carta em que asseveram que a Conitec dispensou a assessoria de especialistas das três Sociedades médicas para a elaboração do novo PCDT sobre a hipertensão pulmonar. Essa afirmação é procedente? O que motivou a recusa da Conitec em contar com o apoio dessas entidades médicas? As contribuições das Sociedades supramencionadas durante o período de Consulta Pública, sobretudo sobre os problemas metodológicos que poderiam comprometer seriamente os resultados encontrados, foram consideradas pela Conitec? A Conitec permitirá a participação dessas entidades, para que contribuam com a elaboração do PCDT ou para sua futura atualização? e) A Conitec afirma que durante o processo de atualização do PCDT não foi demandada pelo Ministério da Saúde a avaliação de incorporação dos exames peptídeo natriurético tipo B (BNP) e fragmento N-terminal do peptídeo natriurético tipo B (pro-BNP). Essa afirmação da Conitec é procedente? Em caso afirmativo, quais as justificativas para o Ministério não ter solicitado a referida avaliação? f) Várias entidades, pacientes e profissionais de saúde que participaram da consulta pública afirmaram que o novo PCDT deixa sem opção de tratamento as pessoas com hipertensão pulmonar tromboembólica crônica (HPTEC) que não são elegíveis ou não respondem ao tratamento cirúrgico, ainda que o medicamento riociguato tenha sido aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para essa indicação. Quais são as alternativas terapêuticas oferecidas pelo PCDT para esse grupo específico de pacientes? g) Em relação à solicitação realizada na fase de consulta pública de inclusão no PCDT dos medicamentos tadalafila, macitentan e riociguato, a Conitec se limitou a informar que essas tecnologias não estão incorporadas ao SUS. Por que razão não se aproveitou esse processo de atualização para proceder à avaliação criteriosa de tais produtos para o tratamento da hipertensão pulmonar? O relator propõe a aprovação com emendas, tendo em vista que alguns dos questionamentos, de forma parcial ou integral, podem ser enquadrados nas vedações estabelecidas pelas normas do Senado Federal, especialmente no que se refere ao seu caráter especulativo ou de interrogações sobre o propósito da autoridade questionada. Ademais, parte das informações já foram tornadas públicas pelo Ministério da Saúde.

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
58	RQS 633/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Renan Filho, informações relativas às gratuidades do sistema de transporte público coletivo interestadual. Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro de Estado dos Transportes de informações relativas às gratuidades do sistema de transporte público coletivo interestadual. Especificamente, são solicitados dados estatísticos dos benefícios tarifários no transporte público rodoviário de passageiros de sua competência, de 2018 a 2022, relativos à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas com deficiência carentes, como, por exemplo: número de passageiros e de viagens subsidiadas e seus respectivos percentuais em relação ao total de assentos e viagens, estimativa dos subsídios por mês e ano, quais linhas de ônibus interestaduais são as mais procuradas pelos beneficiários do passe livre e as estatísticas dessa ocupação, percentual de assentos que ficaram ociosos nas categorias convencional, econômica, leito, semileito e executiva, entre outros.
59	RQS 635/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre os dados e as ações desenvolvidas referentes à implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, instituída pela Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação com emendas	Requerimento à Ministra da Saúde de informações sobre os dados e as ações desenvolvidas referentes à implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, instituída pela Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Especificamente, o requerimento solicita as seguintes informações: a) quais avanços foram realizados a partir da aprovação da Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio? b) quais os dados dos últimos anos sobre suicídio e automutilação? c) qual a faixa de idade de pessoas com maior índice de suicídio e automutilação? d) quais ações foram/estão sendo desenvolvidas no âmbito do Ministério da Saúde sobre combate ao suicídio e automutilação? e) quais ações foram/estão sendo desenvolvidas no âmbito dos Estados, a partir de iniciativa do Ministério da Saúde sobre combate ao suicídio e automutilação? f) quais ações foram/estão sendo desenvolvidas no âmbito do Ministério da Saúde para evitar que o paciente tenha acesso a medicamentos de forma duplicada, com receitas diversas? g) quais ações foram/estão sendo desenvolvidas no âmbito do Ministério da Saúde para criação de um prontuário único de saúde que se comunique com postos de saúde, hospitais públicos, privados, UPAS? h) quantos leitos foram desativados em instituições psiquiátricas nos últimos 05 anos? i) quantos leitos foram instalados em instituições psiquiátricas nos últimos 05 anos? j) quantos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) existem no país? Onde estão situados (Estado e cidade)? k) quantos pacientes cada Centro de Atenção Psicossocial (Caps) atende, em média, por mês? Qual a capacidade de atendimento de cada um deles? l) quais os programas disponíveis no SUS para pessoas com transtornos mentais? m) há um telefone para direcionar pessoas com transtornos mentais e intenções suicidas? n) qual a dotação atual do orçamento da saúde para tratamento de transtornos mentais? Qual é a porcentagem para tratamento de transtornos mentais? o) como os dados sobre suicídio são divulgados? e p) como profissionais de saúde e pesquisadores acadêmicos podem ter acesso a dados sobre suicídio? O relator propõe a aprovação do requerimento com emendas, tendo em vista que parte dos questionamentos apresentados ou não é afeita ao objeto da proposição ou não se insere nas competências do órgão destinatário.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
60	RQS 637/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informações sobre a coleta e gestão de dados sobre crimes de LGBTfobia. Autoria: Senador Alessandro Vieira [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública de informações sobre a coleta e gestão de dados sobre os crimes de LGBTfobia, com os seguintes questionamentos específicos: a) como o Ministério da Justiça agrega, coleta e registra os dados de crimes de LGBTfobia no Brasil? b) qual é o atual sistema ou método utilizado pelo Ministério da Justiça para registrar e monitorar crimes de LGBTfobia? c) Existe alguma base de dados nacional específica que compila informações sobre crimes de LGBTfobia? Em caso afirmativo, como essa base é atualizada e acessada pelas autoridades competentes? d) Quais são os mecanismos utilizados para garantir a qualidade e a abrangência dos dados relacionados aos crimes de LGBTfobia? e) há planos ou iniciativas em andamento para estabelecer uma base de dados nacional centralizada e atualizada regularmente sobre crimes de LGBTfobia? Se sim, quais são esses planos e qual é o cronograma para sua implementação? f) qual é a disponibilidade de recursos e investimentos destinados à coleta e à análise de dados sobre crimes de LGBTfobia? e g) como o Ministério da Justiça utiliza as informações coletadas sobre crimes de LGBTfobia para desenvolver políticas públicas e promover ações efetivas de prevenção e combate a esses delitos?
61	RQS 689/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, informações sobre o andamento do Programa Norte Conectado, especialmente com relação à instalação da fibra óptica conectando as cidades de Manaus, no Estado do Amazonas, e Caracará e Boa Vista, no Estado de Roraima. Autoria: Senador Mecias de Jesus [tramitação] Não Terminativo	Senador Styvenson Valentim	Pela aprovação	Requerimento ao ministro das Comunicações de informações sobre o andamento do Programa Norte Conectado, especialmente com relação à instalação da fibra óptica conectando as cidades de Manaus, no Estado do Amazonas, e Caracará e Boa Vista, no Estado de Roraima, especificando-se a fase em que se encontra o programa, os recursos utilizados e a data prevista para a finalização dos serviços.
62	RQS 724/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre o processo de registro do medicamento alfapabinafuspe para o tratamento da mucopolissacaridose tipo II (MPS II) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Autoria: Senadora Mara Gabrilli [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento à Ministra de Estado da Saúde de informações sobre o processo de registro do medicamento alfapabinafuspe para o tratamento da mucopolissacaridose tipo II (MPS II) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). São requisitadas as seguintes informações: a) qual a situação atual do processo de registro do medicamento alfapabinafuspe para o tratamento da MPS II pela Anvisa?; b) a análise do pedido de registro segue os dispositivos de celeridade previstos na RDC nº 205, de 28 de dezembro de 2017? e c) qual o prazo estimado para a conclusão da análise do referido processo de registro pelo órgão?

Data da reunião: 03/10/2023

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
63	RQS 725/2023 Ementa: Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, RENAN FILHO, informações sobre informações sobre a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a CCR MSVia, concessionária que administra a BR-163 desde 2014, do reajuste de quase 17% nas suas praças de pedágio. O reajuste acontece mesmo em meio ao processo de relicitação da rodovia, tendo em vista que a concessionária responsável pela BR-163, a CCR MSVia, já anunciou que irá entregar a operação. Autoria: Senadora Soraya Thronicke [tramitação] Não Terminativo	Senador Chico Rodrigues	Pela aprovação	Requerimento de informações ao ministro dos Transportes sobre a autorização concedida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) à CCR MSVia, concessionária que administra a BR-163 desde 2014, de reajuste de quase 17% nas suas praças de pedágio, tendo em vista o processo de relicitação da rodovia, diante do anúncio da concessionária de que irá entregar a operação.

2ª Parte - REQUERIMENTO DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	RQS 272/2023 Ementa: Tramitação conjunta da PEC 176/2019 com a PEC 229/2019. Autoria: Senadora Eliziane Gama [tramitação] Não Terminativo	-	Pronto para deliberação	Requerimento de tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 176, de 2019, que "altera o § 1º art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, para dispor sobre a licença-maternidade compartilhada", permitindo ao pai e à mãe trabalhadores a fruição compartilhada e alternada dos dias correspondentes ao período de licença maternidade, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 229, de 2019, que "altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal e revoga o inciso XIX da Constituição Federal e o § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a licença parental compartilhada", substituindo a licença gestante pela licença parental compartilhada, com duração de cento e oitenta dias, aos genitores e àqueles que adotarem ou obtiverem a guarda judicial. Se aprovado o Requerimento, as matérias irão para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.